09:46 34%

NA WEB
QUEDA DE HELICÓPTERO NA COLÔMBIA
Militares morrem em acidente
Aeronave caiu no norte do país, onde Exército enfrenta cartel de cocaína
PARA ACESSAR APONTE O CELULAR PARA O QR CODE

EFEITO BUMERANGUE

Líderes árabes apertam cerco a protestos contra guerra em Gaza

MOHAMED EL-SHAHED / ANADOLU / AB AFP - 13-12-2023

Pressão das ruas. Representantes de uma organização de jornalistas egípcios realizam ato exigindo a abertura da passagem de fronteira em Rafah: ativismo pró-Palestina é reprimido na região

VIVIAN YEE, VIVIAN NEREIM E EMAD MEKAY
Do New York Times
CAIRO E DUBAI

Como outros governos ao redor do Oriente Médio e Norte da África, o Egito não tem guardado para si a própria posição sobre a guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas. Suas denúncias sobre os israelenses sobre o conflito na Faixa de Gaza são ácidas e constantes. A imprensa estatal divulga imagens das longas filas de caminhões de ajuda esperando para entrar no território palestino, ressaltando o papel do Egito como a principal linha de suprimentos para Gaza. Mas este mês, quando centenas de pessoas se reuniram no Cairo para um ato em solidariedade a Gaza, as forças de segurança avançaram, prendendo 14 participantes, segundo um advogado.

É um padrão que se repete pela região desde que Israel, ao responder ao ataque do Hamas, iniciou um cerco de mais de seis meses a Gaza: a fúria e revolta dos cidadãos árabes sobre a guerra se tornam alvo de repressão quando as críticas passaram a ser direcionadas aos seus próprios líderes. Em alguns países, demonstrar publicamente sentimentos pró-Palestina é o suficiente para levar alguém à prisão — as autocracias árabes raramente toleram dissidências. Mas o ativismo em torno da causa palestina é especialmente espinhoso.

Em outubro, o governo egípcio organizou manifestações por conta própria, e mesmo assim dezenas de pessoas foram detidas depois de gritarem palavras críticas às autoridades. Mais de 50 ainda estão presas, segundo seus advogados.

O Marrocos também está processando dezenas de pessoas detidas em atos pró-Palestina ou por fazerem publicações em redes sociais criticando a aproximação do reino com Israel. Na Arábia Saudita, que busca uma normalização, e nos Emirados Árabes Unidos, que já conseguiram um acordo, as autoridades adotam uma pressão tão intensa sobre qualquer tipo de oposição que as pessoas têm medo de falar do assunto Hamas x Israel.

CAUSAS UNIFICADAS

O governo da Jordânia, dividido entre a população majoritariamente palestina e sua cooperação próxima com Israel e os EUA, prendeu cerca de 1,5 mil pessoas desde outubro, de acordo com a Anistia Internacional. Isso inclui 500 presos apenas em março, em meio a uma série de protestos diante da embaixada israelense em Amã.

Depois dos atos e detenções, o presidente do Senado jordaniano, Faisal al-Fayez, disse que seu país "não aceitará atos e protestos que se tornem plataformas para a discórdia".

Por décadas, os ativistas associaram a luta pela justiça aos palestinos — uma causa que une árabes de diferentes linhas políticas, de Marrakech a Bagdá — ao pedido por mais direitos e liberdades em seus países. Para eles, Israel era como um símbolo das forças autoritárias e colonialistas que impediram o desenvolvimento de suas sociedades.

— O que acontece com o povo palestino torna clara a base dos problemas para os árabes em todos os lugares: o problema é a tirania — disse Abdurrahman Sultan, um cidadão do Kuwait que participou de protestos a favor da Palestina desde o início da guerra.

O Kuwait permitiu alguns atos, mas, para outros governos, essa ligação entre a causa palestina e questões internas é motivo de alerta. Bandeiras palestinas eram vistas em grande quantidade durante os protestos da Primavera Árabe, em 2011. No Egito, desde que chegou ao poder em 2013, o presidente Abdel Fattah al-Sisi reprimiu manifestações e abafou a maior parte das críticas, e as autoridades veem o ativismo como algo que pode se voltar contra eles.

— Hoje eles estão nas ruas para protestar contra a Palestina. Amanhã, podem protestar contra ele, o presidente — disse Nabeh Ganady, advogado especializado em direitos humanos e que representa os 14 ativistas detidos no protesto de 3 de abril, no Cairo.

A mensagem, diz Mahienor el-Massry, advogada que se juntou à manifestação, é que "as pessoas não podem sequer sonhar que exista alguma margem para liberdades ou democracia, e que não se deve jamais ganhar confiança e avançar por demandas maiores".

El-Massry foi presa com outros 10 manifestantes em um protesto diante do escritório da ONU no Cairo, há uma semana, de acordo com Ahmed Douma, um ativista egípcio. Todos foram liberados posteriormente.

NORMALIZAÇÃO EM XEQUE

Em entrevistas realizadas no Egito, Marrocos e países do Golfo Pérsico — incluindo Arábia Saudita, Emirados Árabes, Omã e Kuwait —, muitos descreveram o conflito entre israelenses e palestinos de forma dura, apontando a questão palestina como uma luta pela justiça, Israel como um símbolo de opressão e, em certos casos, considerando os negócios de seus líderes com Israel como uma falência moral.

Depois dos acordos de Bahrein, Marrocos e Emirados para normalizar laços com Israel, ao lado dos passos sauditas nesse mesmo sentido, a guerra galvanizou não apenas o ódio nesses países contra os israelenses, mas também contra os líderes árabes que trabalham ou querem trabalhar com Israel.

— Se você está disposto a se vender e vender as pessoas, o que virá depois? — disse Salem, um emiradense que pediu para ser identificado pelo seu nome do meio, com medo do histórico de punições a dissidentes por autoridades locais.

Governos que assinaram acordos com Israel por vezes descreveram a decisão como um passo rumo a um maior diálogo regional e à tolerância religiosa. Em fevereiro, o governo dos Emirados disse em uma declaração ao New York Times que manter abertos os laços diplomáticos com Israel era "importante em tempos difíceis".

Mas por causa da hostilidade ou, no melhor dos casos, indiferença sobre Israel entre o público árabe, há uma "conexão direta e necessária" entre o autoritarismo e a assinatura desses acordos, afirma Marc Lynch, professor de Ciência Política especializado no Oriente Médio na Universidade George Washington. O fato de alguns Estados árabes usarem ferramentas israelenses para monitorar seus críticos dá força a essa impressão.

— Se as pessoas tivessem qualquer espaço para eleger democraticamente [lideranças] ou se expressar, elas não escolheriam a normalização com Israel — disse Maryam al-Hajri, socióloga catariana e ativista contra a normalização.

Israel e EUA tentam evitar ordens de prisão do TPI

Funcionários do governo israelense afirmam que tribunal poderá expedir mandados contra Netanyahu e altos funcionários

WASHINGTON

Estados Unidos, Israel e outros aliados ocidentais tentam evitar que o Tribunal Penal Internacional (TPI) expeça mandados de prisão contra o premier israelense, Benjamin Netanyahu, e outros altos funcionários do governo, por denúncias relacionadas à guerra com o Hamas na Faixa de Gaza. Fontes em Israel e no exterior confirmam que o TPI já está se preparando para emitir as ordens — que também incluiriam líderes do Hamas.

A decisão estaria nas mãos do procurador-chefe do tribunal, Karim Khan, e o esforço diplomático esta centrado em demovê-lo da ideia. Integrantes do governo de Israel afirmaram ao jornal Haaretz que a lista de ordens de prisão deve incluir, além de Netanyahu, o ministro da Defesa, Yoav Gallant, e o chefe do Exército, Herzl Halevi. Não há informações sobre nomes do Hamas.

De acordo com o site Axios, Netanyahu teria telefonado no domingo ao presidente americano, Joe Biden, para que intercedesse e evitasse as ordens de prisão — a Casa Branca diz que os dois falaram apenas sobre questões ligadas ao apoio dos EUA a Israel e sobre o conflito em Gaza.

Fontes ouvidas pelo New York Times apontam que os mandados poderiam estar relacionados a temas como a entrega de ajuda humanitária aos palestinos ou na resposta excessivamente dura aos ataques de 7 de outubro, lançados pelo Hamas contra Israel. O alcance das decisões do órgão, no entanto, pode ser limitado, considerando que o Estado judeu não reconhece o tribunal.

Ontem, o governo americano afirmou não considerar que o TPI tenha jurisdição sobre temas ligados à Palestina, e destacou que não apoia a investigação em curso. O tribunal discorda, e afirma que pode julgar crimes cometidos pelo Hamas e por autoridades israelenses.

AFP

Devastação. Pessoas caminham entre escombros em rua em Gaza: resposta dura

'PRECEDENTE PERIGOSO'

O governo de Israel não comentou as alegações, mas na sexta-feira o primeiro-ministro disse em redes sociais que qualquer intervenção do TPI "criaria um precedente perigoso que ameaça os soldados e funcionários de todas as democracias que lutam contra o terrorismo selvagem e a agressão desenfreada", e que "nunca aceitará qualquer tentativa do TPI de minar o seu direito inerente de autodefesa".